

### 3 O udenismo

“As massas eleitorais têm,  
como aquela personagem de Machado de Assis,  
uma irresistível tendência para o pulha.”  
(Plínio Barreto)

#### 3.1 A UDN e o udenismo

A prática política é quase sempre implacável com as pretensões de coerência ideológica. A necessidade impõe à *virtu* as determinações da *fortuna*. Com efeito, como bem expressa Spinoza, são os políticos, com sua atenção à experiência, e não os filósofos, amparados em esquemas apriorísticos, que compreendem as dinâmicas da ação política<sup>100</sup>. Nada mais inadequado à análise de um partido do que a reificação de suas autoproclamadas diretrizes ideológicas em algumas teses estanques, enquadrando-o dentro de determinado “ismo”. Não é tal o objetivo do presente trabalho.

Antes que a delimitação de uma doutrina, o termo udenismo almeja identificar algumas diretrizes que perpassam o discurso da UDN. A auto-representação dos agentes e os documentos nos quais a ideologia do partido é proclamada, como programas e manifestos, são, sem dúvida, insuficientes para esgotar a complexidade de um partido político, porém fundamentais para melhor compreender seu significado. A distinção entre teoria e prática política, de fato, resta amplamente despropositada, uma vez que na política o discurso é inseparável da prática, os pronunciamentos são por vezes mais relevantes do que pretensas “ações políticas concretas”, como a proposição e aprovação de projetos de leis. As crenças, representações e mitos são constitutivos do fenômeno político.

A análise do discurso udenista torna-se ainda mais relevante em virtude da ampla produção intelectual de alguns dos seus membros, sempre preocupados em produzir justificativas e reflexões públicas sobre os atos partidários. Tal característica se vincula à composição intelectualizada do partido, muito representativo nos meios universitários e intelectuais da época<sup>101</sup>. Também em

---

<sup>100</sup> SPINOZA, Baruch, *Tratado Político*, In: *Os Pensadores- Spinoza*.

<sup>101</sup> Sobre o perfil dos membros da UDN, em comparação com os membros do PSD, maior partido do interregno 1946-1964, ver MICELI, Sergio, *Carne e osso da elite política brasileira pós-1930*, In: *História Geral da Civilização brasileira, volume X*.

virtude deste perfil, os intelectuais do partido sempre buscaram inserir a UDN dentro da história do pensamento político brasileiro, retratando-a como a atualizadora de uma tradição liberal que remete a Teófilo Otoni. A preocupação do partido em atribuir um sentido maior a qualquer ato é evidente.

O mais relevante, porém, é que o udenismo não se confunde com a UDN. Ele não somente ultrapassa os órgãos formais do partido como se faz presente em outras legendas<sup>102</sup>. Não se trata de uma doutrina partidária, mas de certo conjunto de crenças e práticas políticas, que marcou fortemente a atuação e produção intelectual de um partido, mas não somente deste. O udenismo surge a partir da UDN, só a partir desta emerge como ideologia identificável, porém seus desdobramentos certamente a ultrapassam. Maria Victoria Benevides ressalta:

“O udenismo é entendido como o conjunto de ‘ideologias’ e práticas políticas que poderiam extrapolar os limites institucionais da UDN (o partido político) mas com ela se identificavam, no reconhecimento público e num circuito simbólico de mútua realimentação.”<sup>103</sup>

As práticas políticas são tão relevantes para sua compreensão quanto as ideologias, uma vez que mais do que uma doutrina o udenismo é um modo de atuação política, que pode eventualmente atuar a defesa de posições contraditórias quanto ao conteúdo, mas coerentes em virtude do modo pelo qual são utilizadas. Isto permite ao udenismo atuar tanto no sentido do monopólio do petróleo, quando da campanha da Petrobrás, quanto na defesa do capital estrangeiro. As práticas moldam, por vezes, as ideologias, de modo a transmutarem seu aparente sentido. A ambiguidade, mais do que eventual consequência, constitui o âmago do udenismo. Não se trata das corriqueiras infidelidades ideológicas do jogo eleitoral, ou da ética da responsabilidade que caracteriza a vocação política<sup>104</sup>. Para além da instrumentalização das ideologias, a ambiguidade inerente ao udenismo retrata um certo desconforto entre os agentes e a realidade na qual se

<sup>102</sup> Maria Victoria Benevides estabelece, a partir da compreensão funcionalista dos partidos políticos por Almond e Powell, uma definição de partido não em virtude dos limites institucionais, mas das funções exercidas. Ela assevera: “Este aspecto das funções de um partido é essencial para a compreensão das várias UDN’S e se combina com a ótica de Almond e Powell. Assim, O Estado de São Paulo pode ser parte da UDN, embora, do ponto de vista institucional, seja uma empresa jornalística; o Partido Libertador (PL) pode ser a UDN, embora do ponto de vista institucional seja outro partido político.” (BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita, *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro*, pág. 158).

<sup>103</sup> BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita, *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro*, pág. 147.

<sup>104</sup> WEBER, Max, *A Política como Vocação*.

encontram imersos. A distância entre o dever ser imaginado e uma ontologia que inevitavelmente retorna, muitas vezes personificada em figuras como Vargas, condiciona toda a prática política do udenismo.

A partir da distinção entre partido e ideologia, pode-se seguramente apontar algumas características inerentes ao udenismo, conferindo-lhe certa unicidade, mesmo ante a existência de diversas UDN's. Os personagens centrais do partido inúmeras vezes reconheceram esta multiplicidade, em muito derivada da sua formação enquanto frente antigetulista, imprecisa como tudo que se constitui pela negação. A distinção entre partido e ideologia permite afirmar que certas correntes da UDN, a Bossa Nova seria um exemplo, não se adequam ao ideário udenista do mesmo modo que grupos como a Banda de Música.

O udenismo, em sua auto-imagem e inspiração liberais, expressa o processo de criação que envolve a recepção de teorias exógenas. Os pressupostos liberais misturam-se às raízes ibéricas, produzindo um liberalismo peculiar, que permite, por vezes, vislumbrar com mais clareza as efetivas questões deste ideário. A periferia pode se constituir como lugar privilegiado para compreender questões que no centro se mostram mais turvas.

Não obstante sua clara inspiração nas tradições liberais brasileiras, o udenismo agrega novas questões e afasta outras mais clássicas, produzindo uma ideologia distinta das clivagens mais célebres do pensamento social brasileiro. Peculiar forma de liberalismo, que apesar das rupturas com a tradição só se explicita em meio ao passado.

Uma vez estabelecida esta distinção entre o partido e a ideologia, ressalvada sua profunda imbricação, faremos agora uma breve exposição acerca da UDN, a fim de compreender os condicionantes institucionais do udenismo.

## **3.2**

### **A UDN**

A gestação da UDN se confunde com o declínio do Estado Novo. O partido surgiu como frente antigetulista, enquanto parte do processo de esgarçamento das estruturas que conservavam o regime ditatorial. O marco histórico, frequentemente apontado como o início do processo de formação do

partido, é o Manifesto dos Mineiros,<sup>105</sup> redigido em 1943 com a participação de inúmeras personalidades que figurariam entre os fundadores do partido, como os irmãos Virgílio e Afonso Arinos de Melo Franco, Milton Campos, Odilon Braga e Pedro Aleixo<sup>106</sup>. Os signatários eram todos mineiros, pertencentes às castas mais proeminentes da sociedade.

A fundação do partido ocorre em 1945, em muito inspirada na famosa entrevista de José Américo ao Correio da Manhã. As divergências internas eram intensas, uma vez que a oposição ao então ditador agregava grupos sociais amplamente distintos. Maria Victoria Benevides distingue os fundadores do partido em cinco categorias<sup>107</sup>:

- a) As oligarquias destronadas com a revolução de 30;
- b) Os antigos aliados de Getúlio, marginalizados depois de 30 ou em 37;
- c) Os que participaram do Estado Novo e se afastaram antes de 1945;
- d) Os grupos liberais com uma forte identificação regional;
- e) As esquerdas

As futuras dissidências eram, já então, previsíveis. Antes mesmo das eleições de 1946 ocorreram cisões. O ex-presidente Arthur Bernardes e seus aliados refundaram o antigo Partido republicano (PR), em virtude das divergências com figuras centrais da UDN como Eduardo Gomes e Armando de Salles Oliveira. Raul Pilla, outro até então udenista, também funda no Rio Grande do Sul o Partido Libertador (PL), assim como Adhemar de Barros, que cria em São Paulo o Partido Republicano Progressista. As dissidências, entretanto, não emergem somente do centro e da direita. Os grupos mais a esquerda, futuros componentes da Esquerda Democrática, também deixam o partido, para posteriormente adotarem o nome de Partido Socialista Brasileiro (PSB). As razões, como elenca Otávio Dulci, são múltiplas:

“Havia, porém, razões específicas para tal fracionamento: os elementos que compuseram o PR sublinhavam a continuidade do espírito da primeira república, sendo portanto mais conservadores que os da UDN em termos de projeto político; os libertadores, além de sua forte tradição regional, eram mais

<sup>105</sup> A íntegra do Manifesto dos Mineiros pode ser encontrada em FRANCO, Virgílio de Melo, *A Campanha da UDN de 1946*.

<sup>106</sup> Tanto teóricos como Maria Victoria Benevides, João Almino e Leôncio Basbaum, quanto os próprios membros do partido são quase unânimes ao apontar o referido manifesto como marco.

<sup>107</sup> BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita, *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro*, pág. 29.

radicalmente liberais, no sentido clássico da palavra; o ademarismo aspirava a constituir uma força autônoma, que se acomodava mal na UDN com as elites paulistas do antigo Partido Democrático; por fim, os social-democratas, postulando o advento do socialismo por meios pacíficos, desejavam operar com um projeto socialmente mais avançado que o que ficou estabelecido na UDN.”<sup>108</sup>

Todos estes novos atores partidários firmaram seu apoio à candidatura de Eduardo Gomes em 1946, reunidos pelo antigetulismo, que os impeliu à criação da UDN e perdurava mesmo em face da discrição política de Getúlio após sua saída do poder. As divergências eram superadas ante o inimigo maior. De fato, a história da UDN até 1954 é indissociável dos atos e decisões de Vargas, sendo diretamente condicionada por estes.

As diferenças internas importavam, naturalmente, em distintas concepções de partido, que ao longo da história udenista estiveram sempre em disputa. A querela do apoio ao governo Dutra é bem exemplificativa desta tensão. De um lado Otávio Mangabeira, defendendo a adesão da UDN como única forma de crescimento do partido e barreira contra a maré getulista, de outro Virgílio de Melo Franco, vinculado à idéia de um partido de centro-esquerda, mais preocupado com a consistência ideológica que com as eventuais vantagens políticas. A tese de Mangabeira, que retratava o governo Dutra como ainda em disputa, saiu vitoriosa, com a conseqüente consagração da aliança PSD-UDN. A crença na necessária composição superou as fortes resistências internas no partido, que era capitaneada por figuras influentes como Carlos Lacerda,<sup>109</sup> e desaguou na saída de Virgílio da secretaria nacional da UDN. A decisão reforçou alguns setores mais à direita e expurgou minoria esquerdista do partido, em que pese as manifestações contrárias ao acordo de nomes identificados com a extrema-direita do partido, como Lacerda.

<sup>108</sup> DULCI, Otávio, *A UDN e o Anti-populismo no Brasil*, pág. 84.

<sup>109</sup> Lacerda assim descreve a referida decisão: “Mas estou saltando uma coisa que parece óbvia: eu fiquei com o grupo chamado de resistência da UDN contra o governo Dutra. A tese de Virgílio de Melo Franco, que foi nosso líder, era de que não era o momento de união nacional, era o momento de esclarecimento nacional. Nós não podíamos sair de uma unanimidade na ditadura para uma unanimidade pseudodemocrática. A tese era a de que a vitória de Dutra representava a manutenção da máquina ditatorial, quer na área sindical, quer na área econômica, quer na área política. E que, portanto, o único meio de educar o povo para a democracia era manter uma oposição viva e vigilante e não aceitar cargos no governo. Favoráveis à colaboração com o governo estavam as outras correntes, com o Otávio Mangabeira à frente (... ) Pois, então, esse homem, com essas qualidades extraordinárias, meteu na cabeça que, apoiando o Dutra e fazendo uma união nacional em torno dele, seria possível neutralizar o que restava da máquina getulista no governo e trazer o Dutra para um lado bom, digamos.” (LACERDA, Carlos, *Depoimento*, pág. 72-73)

A questão da progressiva marcha do partido rumo à direita é também relevante, e só pode ser compreendida em função do antivarguismo que caracterizava a UDN. Ela retrata, de certo modo, a transformação de Vargas, que de um ditador intensamente amparado na burguesia industrial e no Exército passa a ter as massas como fiadoras. Não que sua popularidade entre 1930 e 1945 fosse limitada, mas somente como presidente eleito Getúlio começou a vincular a legitimidade do governo à aprovação do povo. Sabedor da sua impopularidade dentre grande parte das elites econômicas, da grande mídia e de muitos setores do Exército, Getúlio vê na plebe a única maneira de resistir ao golpismo da oposição. Uma série de medidas direcionadas à melhora das condições de trabalho e salário, além de um discurso mais direcionado às classes populares são os instrumentos desta guinada. Se a maioria das políticas sociais e de criação de direitos se origina no interregno estadonovista, apenas agora a tomada de lado de Getúlio é clara. A diretriz de apoio a Getúlio adotada pelo PCB deve ser compreendida a partir desta perspectiva, que percebe o devir conservador da oposição, em contraste à postura progressista de Vargas. A UDN, portanto, com sua coesão garantida através do antivarguismo, marcha rumo ao papel de oposição conservadora, uma vez que no campo popular a competição com Vargas se mostrava cada vez mais árdua. João Almino assevera:

“Diante da campanha que se desenvolvia nas ruas a favor de Getúlio Vargas (movimento ‘queremista’) e do esvaziamento do apelo eleitoral do seu programa político, a União Democrática Nacional concentra inteiramente seu discurso no segundo semestre de 1945 na oposição não propriamente ao regime do Estado Novo (pois a melhor crítica ao corporativismo era a que já estava sendo feita pelos partidários de Vargas que passavam a defender os direitos dos trabalhadores a se organizarem livremente e a manifestarem suas reivindicações), nem à ditadura (pois Vargas já fizera também sua crítica à ditadura e fazia a defesa de eleições livres e do sistema representativo), mas ao Ditador.”<sup>110</sup>

Não se deve vincular esta oposição contra a pessoa do Ditador à motivos de ordem pessoal. As posições políticas se transformaram. A parcela das elites que aplaudiu o golpe de 1937, temendo as radicalizações ideológicas à direita e à esquerda, agora se assustava com a nova guinada política de Vargas, que propunha uma democratização efetiva, e não apenas formal, através de uma aliança com a classe trabalhadora. As restrições do regime corporativista, por ele

---

<sup>110</sup> ALMINO, João, *Os Democratas Autoritários: liberdades individuais, de associação política e sindical na Constituinte de 1946*, pág. 61.

construído, seriam amenizadas em prol de uma inclusão não mais subalterna, como nos moldes estadonovistas. Almino mais uma vez destaca:

“Dois anos depois, falando ao Congresso, Vargas dirá que sua queda não se devia à questão da democracia, mas à questão nacional. Na realidade, Vargas tem razão. Não por ter sido esta a questão que criou um conflito básico que tenha levado à queda; mas porque indiretamente foi a partir desta questão, com a aprovação da “Lei Malaia” e as discussões que se seguiram, que se realizou a nova rearticulação política de Vargas, que, trazendo ao cenário ativo a classe trabalhadora, fazia tremer aqueles que primeiro havia proposto a abertura do regime, os liberais identificados com a burguesia, desejosos de realizar a democratização pelo alto e sem a participação popular.” (GRIFOS NOSSOS).<sup>111</sup>

A opção de Vargas também não deve ser retratada como exemplo de pureza ideológica. Uma maior proximidade dos oposicionistas, inclusive da UDN, foi por ele tentado, como quando da definição do seu sucessor, a partir da busca de um candidato de consenso<sup>112</sup>. Somente após perceber a impossibilidade de uma composição elitista, nos moldes da década de 1930, é que a aliança com as forças populares aparece para Vargas como opção primordial.

Outros momentos da história do partido retrataram mais uma vez a cisão entre o caminho realista, mais afeito às negociações com o governo, e uma postura mais ideológica, que defendia a oposição mais empedernida. As divergências entre a “Banda de Música”, formados pelos ‘históricos, e outros grupos, como os realistas ou a “Bossa Nova”, retratam bem esta disjunção. A “Banda de Música” era o grupo dos bacharéis, dos amantes da tribuna e dos discursos, sempre acuando a situação em prol de valores maiores, por eles vislumbrados. A política transcorria nas grandes arenas, a partir da perspectiva do interesse nacional. Em sua composição constavam nomes de relevo no cenário intelectual e no debate público, como Afonso Arinos de Melo Franco, Prado Kelly, Aliomar Baleeiro, Bilac Pinto, Carlos Lacerda<sup>113</sup>, dentre outros. A “Bossa Nova” e os realistas, por sua vez, atuavam de modo mais pragmático, compondo com o governo quando interessante. A política para eles se fazia mais nos bastidores que na tribuna. Os políticos mais vinculados às localidades se identificavam com tal postura, uma vez que a necessidade de manter o poder nos

<sup>111</sup> Ibidem, pág. 64.

<sup>112</sup> Vargas propôs alguns nomes de consenso como alternativas a Dutra e Eduardo Gomes, como Cordeiro de Farias, Góes Monteiro e João Alberto.

<sup>113</sup> Lacerda não era bacharel, mas tinha famosa vocação retórica.

estados os obrigava, por vezes, a compor com adversários na cena nacional, além de demandar favores do governo central.

A supracitada divisão remete a outra disjunção udenista, decorrente da mudança no sistema partidário pós-1945: a tensão entre os diretórios estaduais e o nacional. A exigência da nacionalização dos partidos, colocada pela Lei Agamenon, obrigava as legendas a procurarem aliados pouco identificados nas localidades, além de fortalecer a máquina do Estado Novo, sempre presente nas localidades através da interventorias. Maria do Carmo Campello de Souza explicita:

“Não surpreende, evidentemente, que o governo de Getúlio Vargas se inclinasse pela nacionalização dos partidos, depositário que era de importante corrente de militância e de pensamento forjada no combate aos regionalismos e aos partidos estaduais da Velha República e dos primeiros anos da década de trinta. Nem se trata, aqui, de desconhecer a importância dessa medida para o desenvolvimento político. Contudo, o momento de sua implantação, num processo eleitoral controlado pela máquina getulista e com os partidos políticos em processo de estruturação inicial, conferia-lhe aspecto até certo ponto arbitrário. A obrigatoriedade imediata de afiliação nacional afigurava-se à oposição como uma manobra getulista, dado que o partido do governo, através das interventorias, dispunha de articulações nacionais, ao passo que as demais agremiações eram em geral restritas a um ou dois estados. Refere-se Virgílio de Mello Franco ao fato de a UDN, para se adaptar à lei eleitoral, teve de se associar a outras agremiações - ao Partido republicano, ao Partido Libertador e à Esquerda Democrática...”<sup>114</sup>.

E ainda:

“Com o estabelecimento do regime democrático em 1945, o eixo polarizador em torno do qual se estruturam dois dos grandes partidos nacionais foi o sistema de interventorias. Os políticos que se encontravam na liderança das interventorias formaram o PSD, os que haviam sido desalojados formaram a UDN (...) A estrutura partidária formou-se em grande medida por decisão governamental.”<sup>115</sup>

O resultado deste processo foi uma clara distinção entre a UDN urbana e a rural<sup>116</sup>. Ao lado da forte postura ideológica dos principais centros figuravam os políticos interioranos, cuja preocupação maior era a derrota do adversário local ou a manutenção do seu já consolidado domínio. Os chapas branca, com efeito, se

<sup>114</sup> SOUZA, Maria do Carmo Campello, *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)*, pág. 114-115.

<sup>115</sup> *Ibidem*, pág. 41-42. Cabe ressaltar que, como será posteriormente tratado, a própria autora defende a vinculação entre os partidos e certas bases sociais, o que não afasta o grande peso estatal na gestão do sistema partidário, assim como sua posterior e intensa ingerência.

<sup>116</sup> Afonso Arinos retrata a UDN como um partido como “o partido com a cabeça na cidade e o corpo no campo”. (Apud BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita, *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro 1945-1965*, pág. 213).



beneficiavam da oposição renhida dos primeiros, já que o apoio valorizava-se na mesma proporção das dificuldades do governo.<sup>117</sup>

As distinções entre os grupos, entretanto, não se restringiam às teses defendidas, sem dúvida importantes, mas derivavam dos estilos de atuação, do modo de compreender a dinâmica política e nela atuar. Este ponto ajuda a compreender o udenismo, que mais do que uma doutrina é uma maneira de proceder. As filiações não são sempre importantes, ou ao menos não tão importantes quanto a maneira de utilizá-las. Maria Victoria Benevides ressalta:

“A diferença entre esses grupos dentro da UDN tinha um caráter mais difuso, de certa forma desvinculado das questões práticas – posições frente a política econômica ou social, por exemplo – quando se referia às características de ‘estilo’, ou seja, aquelas que mais identificavam o ‘udenismo’ tradicional. Já se discutiu a hipótese da UDN como ‘partido das classes médias’. Deve ser lembrado, ainda, que havia outra identificação da UDN – como um ‘partido dos notáveis’, em oposição ao partido de ‘massas’.”<sup>118</sup>

As divergências internas da UDN, indiscutíveis para os próprios membros do partido,<sup>119</sup> levaram muitos teóricos a colocarem em dúvida a natureza partidária da legenda. Mais do que um partido, a UDN seria uma frente, cuja coesão derivaria da identidade dos adversários, sejam estes os varguistas ou os comunistas. Pode-se vincular tal tese às concepções do sistema partidário brasileiro criticados por Maria do Carmo Campello de Souza, em seu livro *Estados e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964)*. A autora problematiza algumas abordagens correntes, que sempre recaem no retrato de certa inautenticidade dos partidos brasileiros do interregno 1946-1964, afirmando a total ausência de coesão e substrato social das unidades partidárias. Outro problema se refere às opções metodológicas, que no mais das vezes olvidam a

<sup>117</sup> Sobre este ponto é ilustrativo o relato de um dos opositoristas renhidos, Lacerda, sobre o apoio dos realistas quando da eleição para a liderança do bloco opositorista. Mesmo sendo o opositor mais agressivo e, por isso, distante dos chapas branca, ele foi por eles apoiado, em virtude do raciocínio de valorização dos votos acima exposto: LACERDA, Carlos, *Depoimento*, págs. 177-178.

<sup>118</sup> BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita, *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Sobre a vinculação da UDN com as classes médias, ver SOARES, Gláucio A. D., *As bases ideológicas do lacerdismo*.

<sup>119</sup> Afonso Arinos assim retrata a divisão do partido: “A divisão da UDN não é somente uma questão de lideranças. Corresponde a causas mais sérias. Ela está dividida entre os que querem por o legalismo a serviço da reação e os que desejam colocá-lo a serviço do progresso.” (FRANCO, Afonso Arinos de Melo, *Evolução da Crise Brasileira*, pág. 64). Lacerda, por sua vez, destaca: “... os comícios da UDN eram extremamente fatigantes, porque no Partido não havia unidade, e sim facções e correntes, e cada corrente tinha que ter um orador. Os comícios por isso mesmo eram extremamente cansativos; as vezes apareciam 20 oradores ...”(LACERDA, Carlos, *Depoimento*, pág. 91)

função governativa dos partidos, sua capacidade de influir nas políticas públicas, em prol da função representativa destes, que apesar do seu caráter relevante não os retrata com precisão <sup>120</sup>. A autora, distintamente, se aproxima da tese de Gláucio Dillon Soares, que identifica a vinculação dos três principais partidos do referido período, PSD, UDN e PTB, a bases sociais bem determinadas <sup>121</sup>. A falta de uma institucionalização democrática estável, que figura como uma das causas do Golpe de 1964, se vincula a três fatores principais: a anterioridade de um Estado forte em relação aos partidos, o exercício restrito da função governativa dos partidos políticos, consequência direta da supracitada atuação estatal,<sup>122</sup> e, por fim, a vasta influência de uma crença antipartidarista no pensamento político brasileiro. Os problemas de institucionalização, portanto, decorrem mais da interação entre os partidos e o Estado do que da suposta não representatividade dos partidos. A questão não está na estrutura interna das legendas ou no seu modo de atuação, mas nos meandros das relações entre sistema partidário e máquina estatal. A UDN, assim como o PSD e o PTB, não destoava das caracterizações mais célebres do conceito de partido político, mesmo ante sua diversidade interna, a qual também se fazia presente, em graus distintos, no PSD e no PTB. <sup>123</sup>. Maria Victoria Benevides é enfática ao afirmar:

“A UDN foi, de fato, um partido político. Embora tenha surgido como um movimento, a UDN organizou-se como partido, e não apenas como uma facção em luta pelo poder ou um grupo de pressão. Em termos concretos isto significa uma série de considerações sobre a ‘vida’ da UDN. Ao contrário das facções ou clques a UDN teve uma estrutura permanente e uma organização burocrática extensa, da cúpula dirigente ao nível municipal em todos os estados do país (...). Mais do que um movimento, ou um grupo de pressão, um partido visa atingir, diretamente, o exercício do poder (...) Nesse sentido, a UDN não se distinguia, por exemplo, de outro grande partido como o PSD. Apesar das frustrações curtidas ao longo de três derrotas sucessivas (e, talvez, por isso mesmo) a UDN sempre perseguiu, como objetivo maior, a presidência da República.” <sup>124</sup>.

A institucionalização do partido era inequívoca. As clivagens internas não impediam a existência de uma unidade, amparada na institucionalização supracitada, mas também na figura do inimigo, aspecto fundamental para a coesão

<sup>120</sup> Ver, especialmente, as páginas 29 e 33 da obra citada.

<sup>121</sup> SOARES, Gláucio A. D. , *Sociedade e Política no Brasil*.

<sup>122</sup> Maria do Carmo Campello destaca: “Nossa premissa geral é que a maior ou menor coesão de um partido, bem como sua efetividade como instituição política, dependem do grau e da forma de sua participação nas decisões do Estado.” (SOUZA, Maria do Carmo Campello de, *Estados e Partidos Políticos no Brasil 1930-1964*, pág. 38).

<sup>123</sup> FRANCO, Afonso Arinos de Melo, *Evolução da Crise Brasileira*, págs. 64-67.

<sup>124</sup> BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita, *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro*, pág. 29.

partidária. Apesar do seu caráter fundamentalmente antipopulista,<sup>125</sup> o que no vocabulário udenista significava o mesmo que antivarguista, não se esgotou em Vargas, ou em seus supostos seguidores, a sanha persecutória da UDN. Ao lado da oposição à Vargas e ao varguismo emergia, de um modo cada vez mais presente, o intenso anticomunismo do partido. Seria, segundo Maria Victoria Benevides, a terceira fase da história do partido, uma vez que a primeira pode ser identificada com a oposição a Vargas, a segunda ao varguismo, e a terceira ao varguismo e ao comunismo, com a constante vinculação entre as duas tendências ideológicas. Em que pese as imprecisões presentes em todos os esquemas históricos, às quais este não escapa, uma vez que o anticomunismo, por exemplo, sempre esteve algo presente na história do partido, a referida divisão auxilia na identificação dos principais inimigos da UDN, e na intensidade com qual eles foram, em cada período, repelidos. A autora afirma:

“Em termos gerais seria possível resumir a história da UDN enquanto partido de oposição (reletem-se os efêmeros momentos no poder) em três fases, intimamente relacionadas, porém distintas quanto ao objeto de luta política, o ‘inimigo privilegiado’: a fase de oposição sistemática a Getúlio e seus seguidores (contra a política social e a intervenção na economia) ; a fase das campanhas pela moralização administrativa, em oposição aos interesses preponderantes dos adversários PSD e PTB (e que culminaria com o apoio a Jânio Quadros), a fase do combate a ‘infiltração comunista’.”<sup>126</sup>

Exceto por seus primeiros momentos, quando teve seu nome escolhido a partir de sugestão de Caio Prado Junior e abrigava dentre seus fundadores nomes como Astrogildo Pereira, ambos notórios marxistas, o combate ao comunismo sempre constituiu uma das principais bandeiras da UDN. Apesar da oposição à cassação do registro do Partido Comunista na Constituinte de 1946, sob o argumento de que os comunistas eram mais facilmente controláveis na legalidade, já nesta época uma grande parte dos udenistas vociferava contra a “nefasta doutrina”, vista como grande ameaça à ordem, sendo a necessidade de combatê-lo justificativa plausível para desconsiderar a mesma ordem supostamente ameaçada. Seja através dos discursos de Otávio Mangabeira ou dos artigos de Carlos Lacerda, o perigo era sempre denunciado. O comunismo, ademais, era categoria acusatória para desconsiderar qualquer política de mobilização das

<sup>125</sup> Sobre o antipopulismo da UDN ver: DULCI, Otávio, *A UDN e o Anti-populismo no Brasil*.

<sup>126</sup> BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita, *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro*, pág. 278.

massas. Além de demagógicos, os políticos que amparavam sua legitimidade nas massas eram constantemente taxados de agitadores e ligados às organizações escusas internacionais. A guinada democrática de Vargas a partir de 1945 foi classificada como aproximação do comunismo soviético, acusação que ganhou forma ainda mais virulenta após o apoio do Partido Comunista<sup>127</sup>.

A coesão amparada a idéia de inimigo, ao mesmo tempo em que revela a existência das muitas UDN's, explicita uma eloquente ausência na composição partidária. Os muitos títulos da UDN, partido dos notáveis, das classes médias, retratam sua diversidade, mas também revelam o que ele não é, o seu oposto. Nas palavras de Maria Victoria Benevides: “Parece mais fácil dizer quem não estava representado na UDN. Em termos simplificadores se poderia dizer que quem sobrou foi o povo.”<sup>128</sup>. A combinação entre a retórica inflamada, direcionada à classe média, e as manobras políticas em prol das classes dominantes desenham um cenário político em que a plebe é a força a ser contida.

A progressiva liberação das classes trabalhadoras em relação às amarras estatais, consequência necessária da evolução das políticas sociais implementadas após a Revolução de 1930, colocava a necessidade de um novo processo de controle das massas. Não se trata aqui de anular as grandes diferenças existentes em meio à classe dominante; pode-se, de modo ainda preliminar, distinguir entre interesses do capital financeiro, da burguesia industrial e dos proprietários de terras. Nenhum destes grupos, contudo, via com bons olhos a radical democratização da sociedade brasileira, haja vista as inevitáveis perdas de privilégios advindas deste processo.

As elites enfrentavam a mesma questão que atravessou os anos 20 e 30: a necessidade de uma nova forma de legitimidade política ante a emergência de uma sociedade de massas. A solução da época foi a inclusão subalterna, através do aumento da máquina estatal, da ampliação de direitos sociais e do sistema corporativo. Resposta moldada pelos teóricos autoritários que reinavam no pensamento político brasileiro de então, urdida por nomes como Oliveira Vianna, Alberto Torres, Azevedo Amaral e Francisco Campos. O udenismo é uma resposta a este novo momento de crise, no qual o movimento começa a suplantar

<sup>127</sup> Sobre as razões da política de união nacional do PCB ver: WEFFORT, Francisco, *Origens do Sindicato Populista no Brasil: a conjuntura do pós-guerra*.

<sup>128</sup> BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita, *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro*, pág. 212.

a ordem.<sup>129</sup> Como anteriormente dito, não se trata somente de uma doutrina, mas também de uma postura e concepção sobre a prática política. Getúlio não mais se identifica ao antigo projeto autoritário de inclusão das massas, mas passa a atuar em prol da maior liberdade da classe trabalhadora. O antivarguismo, de fato, não se opõe ao Vargas ditador, seu inimigo é o Vargas agitador das massas, suspeito de aproximações com o comunismo internacional.

O udenismo, todavia, não consegue se impor como ideologia dominante. O governo sempre foge da sua alçada, mesmo quando as vitórias nos bastidores, através da queda de Vargas e ascensão de Café Filho, e pelas urnas, como na eleição de Jânio Quadros, apontavam para uma relativa estabilidade udenista no poder. A fama de partido desprendido do poder, título propalado pelos próprios udenistas, não se assemelha a realidade da época. Se algumas correntes relevantes nos primeiros anos do partido, as mais ligadas a Virgílio de Melo Franco, ainda discursavam em tom imponente sobre as belezas da oposição, progressivamente a defesa de vias não democráticas foi imperando no discurso do partido. O recurso aos militares era saída frequente, e acabou, em 1964, em mais uma frustrada incursão da UDN ao poder.

Apesar da ampla maioria udenista no partido da ditadura, não se pode pensar a Arena como uma continuação da UDN<sup>130</sup>. O modo de proceder mudou em diversos aspectos, muito em razão da saída dos históricos, que apostando no Golpe enquanto meio de alcançar o poder, acabaram excluídos, apesar do seu aparente prestígio inicial. Foram os realistas, mais afeitos às mudanças de governo, que atravessaram o regime de 1964 no poder.

<sup>129</sup> As categorias de ordem e movimento são utilizadas por Afonso Arinos para compreender a dinâmica política. Elas serão mais bem tratadas no final do capítulo 2, quando as perspectivas de Arinos receberão maior atenção.

<sup>130</sup> “Dos liberais históricos nenhum permaneceu longo tempo no poder (nenhum além do ato 5) ... Permaneceram vinculados ao esquema militar os infatigáveis ‘chapas brancas’ (Virgílio Távora, João Cleofas, Antônio Carlos Magalhães), os ‘realistas’ (Juraci Magalhães, Magalhães Pinto), parte da Bossa Nova (José Sarney, Petrônio Portela) e, finalmente, aqueles que sempre defenderam as posições mais direitistas no partido, quer pelo lado econômico, como Herbert Levy (o parlamentar udenista que mais se opôs à política econômica do General Castello Branco), quer pelo lado do autoritarismo militar, como Ernani Sátiro, José Bonifácio e Dinarte Mariz, defensores notórios do AI5. Em 1966, 1970 e 1974, metade dos governadores indiretos eram de origem udenista; em 1978, dos 22 governadores nomeados 13 eram antigos udenistas ou vinculados à herança do partido, assim como a metade dos vice-governadores e dos ‘senadores biônicos’. E em 1979, ano da distensão do regime, os principais articuladores da área política eram egressos da ‘Bossa Nova’: Petrônio Portella e José Sarney, pela situação e Magalhães Pinto e José Aparecido, pela oposição.” (BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita, *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro*, pág. 134.)

### 3.3

#### As teses e estilos do udenismo

O udenismo, como já dito, pode ser referido a um conjunto de teses, assim como a um modo de atuar e compreender a política, que se vincula, mas não se restringe, à UDN. O presente trabalho o abordará como uma expressão de práticas e concepções liberais, em parte amparado na própria auto-imagem do partido, que constantemente se inseria na tradição liberal brasileira. Mais do que tratar das posições da UDN ante questões históricas concretas, o udenismo será aqui abordado a partir de algumas perspectivas política presentes, em maior ou menor grau, na atuação dos diversos grupos udenistas. Cinco aspectos serão trabalhados: o elitismo, o moralismo, a visão policial da política, o bacharelismo e o golpismo<sup>131</sup>. Todos se encontram profundamente atrelados, de modo que não é possível aborda-los de outro modo. A distinção, entretanto, é necessária para melhor explicitar os vínculos entre tais percepções do fenômeno político.

A conjugação entre referências liberais e antiliberais, tônica da atuação udenista, não implica nenhum tipo de imprecisão ou infidelidade teórica ao liberalismo. Falar em liberalismos é, por certo, mais preciso, haja vista as diversas visões da referida doutrina. A ambiguidade emerge dos próprios cânones do paradigma liberal, sempre atravessados por aporias até hoje insolúveis. A defesa de direitos inerentes ao homem e a exaltação da igualdade formal, em muito identificados como postulados liberais, esbarram nas tensões em torno do conceito de humano, assim como nas indecisões sobre as idéias de natureza e artifício. As constantes problematizações à definição de natureza humana permitiram a notórios liberais conjugar a luta pelas liberdades fundamentais com o apoio a escravidão, assim como podiam conviver adesões entusiasmadas a democracia ao lado de propostas de sufrágio restrito<sup>132</sup>. O liberalismo, de modo semelhante a outras ideologias, padece das contradições entre discurso e realidade, porém, para além deste ponto, ele carrega em suas próprias teses concepções problemáticas para seus próprios postulados. Como breve exemplo, pode-se citar a dificuldade em conceber a perspectiva do comum, para além das

---

<sup>131</sup> Tais aspectos serão abordados no presente capítulo e ao longo do capítulo 4, durante a comparação com o autoritarismo instrumental.

<sup>132</sup> Sobre tal ponto ver: LOSURDO, Domenico, *Contra-história do liberalismo*, e LOSURDO, Domenico, *Democracia e Bonapartismo*.

lentes do indivíduo, não obstante a corriqueira inserção do conceito de interesse geral nas construções liberais <sup>133</sup>.

A realidade brasileira explicita as ambiguidades liberais de modo ainda mais intenso, uma vez que a distância das suas condições materiais e históricas de desenvolvimento expõe os meandros da *praxis* liberal. A dificuldade em adaptar o ideário liberal a condições e cultura diversos perpassa as construções do pensamento político, remontando aos teóricos do Império. Como tratado no capítulo 1, as relações entre teoria liberal e história brasileira podem, até mesmo, distinguir duas tradições teóricas diversas no que tange aos meios de ingresso no moderno: ibéricos e americanos. A ordem burguesa seria um fim comum às duas tradições, restritas as divergências aos meios mais adequados à sua consecução <sup>134</sup>. Fato relevante, mas que não obscurece as profundas diferenças de perspectiva entre tais correntes, já que os meios nada mais são do que a prática política, os modos de realizar institucionalmente as visões de mundo.

O udenismo absorve, em parte, estas duas tradições. Mesmo aparentemente mais próximo dos americanos, o ideário udenista dialoga todo o tempo com o pensamento ibérico. A ênfase na ilegitimidade das instituições vigentes e na corrupção da representação atravessa o discurso de figuras como Afonso Arinos, em ampla inspiração liberal doutrinária. A referência à qualidade dos homens públicos, marca do moralismo udenista, também não oculta sua origem americanista, tese tranquilamente compatível com o pensamento de Rui Barbosa, por exemplo. Ao tratar das agruras dos liberais durante a República Velha, Wanderley Guilherme dos Santos assevera:

“Havia uma contradição clara entre o liberalismo constitucional e a prática política. Corrupção, coerção e irresponsabilidade eram os resultados de um sistema que pretendia ser, de acordo com os ditames da Constituição, representativo, responsável e subordinado ao domínio imparcial da lei. A agenda liberal precisava ser mudada e o ponto enfatizado foi a luta para que as cláusulas constitucional se realizassem efetivamente, mediante o afastamento dos políticos não convertidos ao novo regime. Nada havia de errado com a Constituição, nem com a doutrina, e apenas os homens deviam ser responsabilizados pelo que faziam. Assim, para que o Estado liberal operasse a contento, tal como escrito na

<sup>133</sup> As contradições do liberalismo são tema de vasta bibliografia. Somente as críticas da tradição marxista já constituem uma grande biblioteca. Não é, de fato, o escopo do trabalho abordar as diversas críticas liberalismo clássico, mas apenas melhor compreender a ambiguidade que caracteriza o udenismo e sua inserção na linhagem liberal brasileira, para, conseqüente, explicitar algumas características e implicações desta tradição. Apenas a título de exemplo, pode-se citar, além das referidas obras de Losurdo, Multidão, de Antonio Negri.

<sup>134</sup> SANTOS, Wanderley Guilherme dos, *Paradigma e história: a ordem burguesa e a imaginação político-social brasileira*.

Constituição, seria suficiente varrer os políticos corruptos do sistema. Essa idéia constituiria a espinha dorsal da agenda dos políticos liberais até 1930...” (GRIFOS NOSSOS).<sup>135</sup>

O bacharelismo é outra vertente americana do discurso udenista. A predileção por formas jurídicas e, principalmente, por uma visão jurídica do mundo,<sup>136</sup> vincula udenismo à linhagem dos bacharéis liberais. A aliança da UDN com os militares não derivava apenas de interesses políticos comuns, mas, sobretudo, de diversas percepções compartilhadas acerca da dinâmica política. O legalismo, em versão bacharelesca, é uma destas crenças. Mesmo para suplantar a ordem jurídica vigente, ou talvez especialmente para o fazer, impunha-se uma solução jurídica adequada. Mais do que as teses, importavam os modos de lhes dar concretude institucional. A continuidade entre o udenismo e a tradição liberal brasileira é bem exposta por Wanderley Guilherme dos Santos:

“Depois da queda de Vargas, em 1945, todos os políticos que se consideravam liberais reuniram-se sob a bandeira da UDN – União Democrática Nacional- cujo programa prático implicava que qualquer governo liberal, tanto no sentido econômico quanto político, deveria apagar os traços da política apagada por Vargas (...) A agenda política e econômica dos liberais doutrinários, após 1945, não difere basicamente da agenda liberal anterior a 1930, nem os problemas haviam mudado excessivamente (...) Em outras palavras, a causa fundamental dos problemas sociais e econômicos continuava a ser a mesma, isto é, os privilégios concedidos aos políticos corruptos por um sistema enraizado num passado de autoritarismo, corrupção e ilegalidade.”<sup>137</sup>

Em meio às diversas teses americanistas referidas estava o iberismo. A realidade brasileira emergia aos olhos liberais doutrinários de um modo até então raro. A divergência de meios que distinguia americanos e ibéricos não mais se configurava, deste modo, nos termos tradicionais.<sup>138</sup> O autoritarismo instrumental passou a frequentar o vocabulário liberal, agora também marcado pela visão pedagógica do Estado, tão característica da tradição ibérica.<sup>139</sup> A herança nefasta

<sup>135</sup> Idem, *A práxis liberal no Brasil*, In: *Décadas de espanto e uma apologia democrática*, pág. 33-34.

<sup>136</sup> O conceito está presente em DELEUZE, Gilles, *Prefácio*, In: *Anomalia Selvagem*, NEGRI, Antonio. Ele se refere a uma determinada tradição política, hegemônica ao longo da modernidade no, que privilegia as formas em detrimento das relações de força, concebendo a política a partir de premissas legais e jurídicas, não das relações de dominação e poder constituem a sua materialidade.

<sup>137</sup> SANTOS, Wanderley Guilherme dos, *A práxis liberal no Brasil*, In: *Décadas de espanto e uma apologia democrática*, pág. 40.

<sup>138</sup> Tal questão é trabalhada no capítulo 1.

<sup>139</sup> Neste sentido ver: CARVALHO, José Murilo de, *Entre a autoridade e a liberdade*. In: *Visconde de Uruguai*, Prefácio, org. CARVALHO, José Murilo de.



de Vargas demandava remédios mais fortes que os institutos liberais, como Wanderley Guilherme dos Santos bem ressalta:

“Apenas uma mudança processou-se no pensamento e ação liberais, depois de 1945, mas ela não foi congruente com as premissas do liberalismo. Os liberais do período anterior a 1930, doutrinários que eram, agarravam-se do princípio ao fim a ideologia. Em consequência, exigiam e propunham reformas, mas desejavam que fossem executadas por meios liberais. Já os liberais doutrinários do período posterior a 1945 adotaram uma opinião distinta sobre como ascender ao poder. Para estes, os partidos que Vargas planejou e criou e a sociedade que legou às novas gerações interagiam de tal maneira que somente os políticos que se submetessem à corrupção poderiam ter possibilidade de vencer. Não havia, para os liberais, a esperança de atingir o poder em um sistema deste tipo sem romper o compromisso de submissão aos métodos legais. Seria, portanto, de uma ingenuidade extrema aceitar o sistema como legal e obedecer às regras do jogo político estabelecidas pelo próprio sistema. Desde que faltava legitimidade aos sistema, era perfeitamente correto, e dentro da mais pura tradição liberal, tentar derrubá-lo adotando inclusive meios violentos, se necessário fosse. (...) Este conveniente silogismo transformou a UDN, um partido liberal quanto a sua perspectiva social e econômica e à sua retórica, no mais subversivo partido do sistema político brasileiro de 1945 a 1964, quando os liberais doutrinários julgaram, para logo sentirem o gosto de arrependimento, que haviam finalmente chegado ao poder.”<sup>140</sup>. (GRIFOS NOSSOS).

As especificidades do cenário político brasileiro embaralham a simplicidade esquemática das dicotomias. Enquanto Oliveira Viana, o mais influente dos ibéricos, transige com o moderno para efetivar a tradição,<sup>141</sup> a UDN, principal ator liberal do interregno 1946-1964, recorre às práticas antiliberais da tradição a fim de alcançar o moderno.

O tão propalado golpismo udenista decorre das ressonâncias deste autoritarismo instrumental, que ganha em intensidade com a distância do poder. Algumas rupturas institucionais brasileiras decorreram da presença de autoritários instrumentais na oposição, como ocorreu em 1930, 1945 e 1964. O ecletismo de meios, entretanto, mais do que um caminho eficaz de manutenção do poder, contribuiu para a incapacidade udenista de nele perpetuar-se. Seja com Café Filho, Jânio ou Castelo Branco, alcançada pelos bastidores ou pelas urnas, a estadia da UDN no poder é sempre fugaz. Os compromissos que a retórica impunha, por menores que fossem, impediam a superação das ambiguidades. Maria Victoria Benevides explicita:

<sup>140</sup> SANTOS, Wanderley Guilherme dos, *A práxis liberal no Brasil*, In: *Décadas de espanto e uma apologia democrática*, pág. 41.

<sup>141</sup> Ver desenvolvimento de tal argumento no capítulo 1 do presente trabalho, construído a partir de VIANNA. Luiz Werneck, *Americanistas e Iberistas: a polêmica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos*, In. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*.

“Com essa indefinição ideológica evidente – a vergonha de ser ostensivamente autoritária, e o medo de ser inteiramente democrata – a UDN perde sempre o poder quando o alcança. Isso significa, também, que o irrealismo político da UDN tem, na raiz, a crença de que um regime autoritário será transitório e necessário para a realização da democracia. Em outros termos, a UDN dos liberais acabaria defendendo a intervenção do Estado para “salvar a democracia sem cair no fascismo ou no comunismo.”<sup>142</sup>

O impasse, com efeito, não decorre apenas de eventuais erros estratégicos dos atores udenistas. As próprias limitações que a realidade brasileira de então impunha aos liberais doutrinários, aos americanos, responde pelos descaminhos do udenismo. A leitura do real era perfeitamente efetuada, a aliança entre Vargas, a burguesia industrial e o proletariado não perderia, de fato, nas urnas. Emergia como questão de sobrevivência da tradição liberal, que a UDN almejava integrar, estruturar uma oposição ao projeto vitorioso com a Revolução de 1930.

Todo o litígio passa pelo valor atribuído a essa realidade, deriva da concepção de ordem delineada pelo referido ideário. A visão policial da dinâmica política, compreendida como ordenação eficaz dos atores e devida exclusão dos que não tem parte, era comum aos dois grupos.<sup>143</sup> O problema estava na ordem que deveria vigorar, como seria mais bem determinada a interação política. A tônica na anarquia reinante, tão presente no discurso udenista, não decorria da ausência de uma ordenação policial da sociedade brasileira, mas simplesmente da vigência de uma outra ordem, distinta da almejada. A desordem denunciada nada mais era do que ordem de outrem, de Vargas. Disposição que já foi conveniente nos tumultuados anos 1930, mas que agora, com a excessiva participação das camadas populares, não mais constituía uma solução aceitável. A ambiguidade constitutiva do udenismo passa por esse ponto, deriva das agruras de um partido que ao mesmo tempo em que ampara seu discurso na constituição da ordem, não encontra espaço na realidade em que se insere. A saída é destruir a ordem vigente para refundá-la ao seu feito, clara contradição com alguns de seus princípios, mas única saída para a conquista do poder. O léxico do autoritarismo instrumental, à moda ibérica, é meio para realizar tal tarefa, com todas as contradições nele inseridas, a começar pela identificação com seu principal inimigo. A mudança deve ser feita por cima, uma vez que a via do povo é por demais perigosa. Ainda é

---

<sup>142</sup> BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita, *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro*, pág. 134.

<sup>143</sup> Sobre a visão policial da política ver RANCIERE, Jacques, *O Desentendimento*.

preferível a “desordem” de Vargas do que uma ordem popular, certamente inconciliável com os valores udenistas.

A anormalidade que caracterizaria o Brasil fez a via americana optar por meios diversos, mais próximos da tradição ibérica. O discurso da exceção se faz presente. Um estado de normalidade é necessário para a vigência das normas, uma vez desestabilizadas as condições padrão, para as quais a lei foi construída, não vige a regra, mas a exceção.<sup>144</sup> A oposição à realização das eleições em 1955 é uma das manifestações deste discurso, que perpassava os argumentos udenistas de então, sempre vociferando contra as instituições existentes em virtude das subversões e descaminhos causados pela ordem varguista. Ante a corrupção presente em todas as instituições públicas, só cabia à oposição o não reconhecimento da legitimidade do sistema. Retomada a normalidade, os instrumentos liberais teriam novamente vez. O depoimento de Carlos Lacerda ilustra precisamente este ponto:

“Foi aí que eu comecei a defender a tese que me valeu o título de golpista e até de fascista (...) Eu dizia que era necessário não só uma reforma da lei eleitoral mas uma reforma profunda no país, e que estas reformas, além de necessárias, ainda teriam a vantagem de dar um tempo para desintoxicar o Brasil, que vinha de vários anos de ditadura, vários anos de demagogia, de vários anos de propaganda pessoal de um mito. Convocar eleições para o ano seguinte só porque estavam marcadas, era na minha opinião um erro gravíssimo, que consistia em levar um povo traumatizado por um drama daquela ordem a tomar um a decisão que não tomaria em um tempo normal. Portanto, longe de ser um ato democrático, era profundamente totalitário, esse ato de levar um povo, não pela razão, mas pela força de uma emoção incoerciva, a tomar uma decisão contra si mesmo, decisão que não tomaria se estivesse em condições normais de raciocinar.” (GRIFOS NOSSOS)<sup>145</sup>.

O mercado precisava livrar-se do Estado para vigorar, e tal processo não decorreria da prática, do costume de autogoverno, como na bula americana tradicional, mas da alteração imediata dos detentores do poder. Os autoproclamados luzias da UDN, o partido que revivia Teófilo Otoni e o 7 de abril, concebiam o Brasil à moda saquarema, com o autoritarismo instrumental emergindo como etapa para a concretização liberal<sup>146</sup>.

<sup>144</sup> Sobre o conceito de Estado de Exceção ver: SCHMITT, Carl, *Teologia Política* e AGAMBEN, Giorgio, *Estado de Exceção*.

<sup>145</sup> LACERDA, Carlos, *Depoimento*, pág. 147-148.

<sup>146</sup> A entrevista de Arrobias Martins, ex-presidente da UDN paulista, a Maria Victoria Benevides demonstra bem a referida crença: “Os udenistas eram sinceramente liberais, mas o liberalismo era contraditório, pois desejavam uma democracia cada vez mais aperfeiçoada mas nunca se conformavam com o resultado das urnas. Tinham a plena consciência que formavam a elite

O cenário vislumbrado pelo udenismo encontra-se quase completamente delineado. Vargas e o varguismo figuravam como obstáculo à ordem liberal enquanto meio e fim, sendo sua remoção pela força o único meio de concretização do moderno. As normas não tinham plena vigência, haja vista a desordem reinante. Falta, entretanto, o ator, o agente adequado para destruir a ordem em vigor e construir um novo paradigma. O papel caberá às elites, à opinião pública, em aliança com os militares. Não se adequam aqui grandes divagações sobre o caráter oportunista ou ideológico de tal liame, dicotomia sempre relativizada na prática política, que não vincula absolutamente os fins aos meios<sup>147</sup>. A evidente vinculação entre militares e mudanças institucionais no Brasil certamente não escapava aos olhos dos ideólogos udenistas, assim como a importância do Exército para os regimes varguistas iniciados em 1930 e 1937. O ideário militar, entretanto, com sua defesa da ordem, da hierarquia e sua radical oposição ao comunismo, possuía amplas afinidades com o udenismo. Oportunidade e ideologia encontravam-se, pois, conjugadas. Maria Victoria Benevides bem salienta:

“Assim, a relação da UDN com as Forças Armadas não deve ser vista apenas em termos do apego às candidaturas militares para a presidência da República e à intervenção ‘salvadora’ no processo político, mas sobretudo pela ótica de uma certa concepção de nação, de segurança, e de ‘moralidade’ (onde o udenismo certamente se acomodava) que se consubstanciaria no arcabouço ideológico de 1964. A íntima associação dos udenistas com a Escola Superior de Guerra e a divulgação das teses de ‘guerra revolucionária’ (...) revela a contradição fatal para o partido que se dizia herdeiro da tradição liberal.”<sup>148</sup>

Os marcos históricos da referida aliança são bem conhecidos: em 1945, na deposição de Vargas; em 1955, com a tentativa de prorrogação das eleições presidenciais; em 1961, através dos esforços em impedir a posse de Goulart, e, por fim, em 1964, com a instauração de um regime de exceção. Os sucessos na

---

brasileira e viam que essa elite nunca conseguia chegar ao poder pelo voto. Então chegavam a conclusão: alguma coisa está errada. O eleitor está votando errado. E, para corrigir, precisamos de uma ação drástica; então vinha pregação dos golpes, para depor aqueles que tinham sido eleitos e não pertenciam a elite, e por a elite no lugar deles. E ver se, colocando a elite no lugar daqueles que haviam sido eleitos, esta elite preparava, de fato, o povo para votar ‘certo’. Ou seja, o golpe para corrigir aquilo que o povo havia feito errado. E implantar uma democracia que permitisse que o povo acertasse!” (BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita, *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro*, pág. 254)

<sup>147</sup> WEBER, Max, *Política como Vocação*.

<sup>148</sup> BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita, *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro*, pág. 142-143.

primeira e na derradeira empreitadas em muito se deveram à ausência de relevantes disputas internas nas forças armadas. A oposição ao Estado Novo agregava as distintas correntes militares, posteriormente cindidas em 1955 e 1961, e de novo reunidas, desta vez pelo fantasma comunista, em 1964. A divisão entre ‘entreguistas’ e ‘nacionalistas’, anteriormente exposta nas eleições para o clube militar, dirimia-se ante o ideário anticomunista <sup>149</sup>.

Unido, o Exército emergia como agente capaz de promover o saneamento propalado pelos udenistas. O legalismo militar, aparente obstáculo às soluções golpistas, se nutria dos mesmos matizes teóricos do bacharelismo udenista. A recorrente problematização da normalidade autorizava soluções externas à ordem jurídica, com a obediência à lei sendo faticamente neutralizada pelo intérprete dos seus limites, o Exército, que se afirmava como exegeta. Nos termos da clássica tese de Faoro sobre o militarismo após a República, o Exército assumia as funções do poder Moderador, decidindo os supostos atritos entre os demais poderes em prol do interesse geral <sup>150</sup>.

A idéia de ordem era outro ponto de forte contato entre militares e udenistas. Como anteriormente ressaltado, todas as questões do udenismo passavam pela descrença em relação aos arquétipos getulistas, em prol da instituição de uma outra ordem, a verdadeira e mais adequada. As disjunções internas do udenismo e do Exército eram sublimadas a partir da clara definição do inimigo. O anticomunismo, responsável pela superação da dicotomia maior do Exército, também surgia como sucedâneo dos clássicos oponentes do udenismo, o antigetulismo e o antipopulismo, necessários para sua própria existência. A perseguição incondicional desta ordem implicava logicamente nas demais expressões centrais do udenismo, tais como o moralismo e o elitismo. A análise da teoria política de Afonso Arinos é relevante para a definição de tal mote. Arinos compreendia a dinâmica política a partir das categorias de ordem e movimento. Ele explicita:

“Se examinarmos o panorama em conjunto verificaremos que os grupos partidários se compõe, no fundo, de dois blocos, que obedecem, indiscutivelmente, à pressão dos interesses sociais criados, mas que correspondem também – e isto não deve nunca ser esquecido – às tendências permanentes e íntimas da natureza humana. São aqueles blocos que François

<sup>149</sup> Esta argumentação se encontra em BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita, *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro*, pág. 139.

<sup>150</sup> FAORO, Raymundo, *Os Donos do Poder*, pág. 607-626.

Goguel procurou identificar no decurso de toda a vida da Terceira República, e que designou com os nomes de ordem e movimento. Aplicando-se esta premissa à observação do caso brasileiro, veremos que a representação proporcional, dividindo embora os partidos, manteve-os, no entanto, dentro do esquema geral dos dois grupos da ordem e do movimento.”<sup>151</sup>

Os atores podiam ser remetidos a estas duas espécies, divididos entre agentes de um ou outro princípio. Os partidários do movimento sempre buscaram modificar e revolucionar o estabelecido, enquanto que os entusiastas da ordem admiram as soluções conservadoras ou reacionárias, tendo o passado como referência para o futuro. Nas palavras de Fernando Lattman-Weltman, trata-se da contradição “entre um conjunto de valores tradicionais de apego à liberdade liberal e à racionalidade jurídica e, de outro lado, o desejo pela igualdade e pela justiça social.”<sup>152</sup>. O progresso sem rupturas, característico da história brasileira, em que pese suas diversas crises, só seria possível com a conciliação entre estas duas tendências.<sup>153</sup>

Arinos afirma a persistência da crise na realidade brasileira pós-1922. A incapacidade de conciliar ordem e movimento, de conjugar a inclusão das massas com a atuação virtuosa das elites, responsáveis pela concretização do interesse nacional, produz uma situação de constante instabilidade. O bloco da ordem trilha caminhos reacionários, enquanto as esquerdas partem para outro tipo radicalização política, com prováveis consequências funestas, uma vez que a eventual incursão ditatorial seria responsável pela opressão dos progressistas. A solução está ao alcance da razão, ao menos no que se refere às elites, que poderiam superar este conflito pernicioso. Fernando Lattman-Weltman afirma:

“Assim, o diagnóstico do autor para o drama nacional se caracterizaria justamente pela contraposição destes princípios e raciocínios claros( e esclarecidos) a comportamentos e discursos concretos míopes – tanto moral quanto racionalmente falhos”<sup>154</sup>.

Do mesmo modo que o Visconde de Uruguai realizou, segundo o liberal Tavares Bastos, um protesto da reação conservadora contra ela mesma, mitigando

<sup>151</sup> FRANCO, Afonso Arinos de Melo, *Estudos e Discursos*, pág. 137-138.

<sup>152</sup> LATTMAN-WELTMAN, Fernando, *A Política Domesticada, Afonso Arinos e o colapso da democracia em 1964*, pág. 28.

<sup>153</sup> Sobre tal ponto, também ver: FRANCO, Afonso Arinos de Melo, *Evolução da Crise Brasileira*, cap. 4, e LATTMAN-WELTMAN, Fernando, *A Política Domesticada, Afonso Arinos e o colapso da democracia em 1964*.

<sup>154</sup> LATTMAN-WELTMAN, Fernando, *A Política Domesticada, Afonso Arinos e o colapso da democracia em 1964*, pág. 27.

o centralismo exacerbado desta,<sup>155</sup> Arinos caminha, ao longo de sua obra, rumo a uma moderação do udenismo. O trato com as massas é visto de um outro modo, concebendo o povo como ator político efetivo, mesmo que necessariamente subordinados às elites, sem o qual nenhuma ordem estável é possível. A ordem deve compor com o movimento, uma vez que “o radicalismo significa, a longo prazo, a desordem e a anarquia, que não interessam aos grupos conservadores.”<sup>156</sup> Até mesmo as viscerais críticas a Vargas são relativizadas<sup>157</sup>.

Seria das elites teriam o papel de, através da moralização, conjugar ordem e movimento, suplantando o conflito, sempre pernicioso. Arinos ressalta:

“... para que possamos equilibrar ordem e movimento com um mínimo de condições de êxito, uma preliminar se impõe, e esta preliminar é, em conjunto, o esforço desinteressado de compreensão. Este esforço é um dever das elites. Sua ausência, no Brasil de hoje, excede os limites da indiferença; resvala pela traição.”<sup>158</sup>

O elitismo é traço fundamental da perspectiva udenista. A consciência de pertencimento a uma casta privilegiada caracterizava grande parte do partido. As elites constituíam o ator político por excelência, pautado por nobres valores e por uma perspectiva moral rígida e superior. Não se trata de um elitismo de corte pragmático, nos termos de Michels e Schumpeter, construído a partir da crença no surgimento inafastável de elites que inevitavelmente deterão o protagonismo da dinâmica política. O elitismo udenista se funda em uma concepção aristocrática da política e da sociedade, na idéia de que existem homens mais aptos a determinar o interesse público, aos quais pertencem, logicamente, as prerrogativas de comando. As idéias de tradição, família e meio social estão todo o tempo presentes.

<sup>155</sup> CARVALHO, José Murilo de, *A Construção da Ordem e Teatro das Sombras*, pág. 156.

<sup>156</sup> FRANCO, Afonso Arinos de Melo, *Evolução da Crise Brasileira*, pág. 69.

<sup>157</sup> Em outro momento, falando sobre o Estado Novo: “Esta primeira observação já representa um dado favorável ao golpe de 1937. Eu, que resisti a ele durante toda a sua vigência, e que consumi resistência contra ele boa parte da minha mocidade, declaro aqui que via com menos repugnância o Brasil entregue a um regime detestável, mas, em todo caso, não desvinculado, no fundo, das nossas tradições históricas nacionais e continentais. Ao revés disso, o fascismo teórico de Plínio Salgado era tão excêntrico aos nossos olhos e sentimentos quanto o comunismo de Luis Carlos Prestes. Eram propriamente duas ideologias estrangeiras, antibrasileiras, que só atraíam a grupos reduzidos de intelectuais ou de fanáticos. Neste ponto Getúlio, com a sensibilidade fina e a intuição da realidade que lhe eram peculiares, escolheu a trilha crioula, a trilha nativa, para o tortuoso caminho das suas ambições.” (FRANCO, Afonso Arinos de Melo, *Evolução da Crise Brasileira*, pág. 125).

<sup>158</sup> *Ibidem*, pág. 56.

Distintamente da maior parte dos autoritários do início do século XX, que defendiam a concentração de poder em certas mãos a partir de algumas percepções sobre a constituição das sociedades modernas, os udenistas não historicizavam o protagonismo das elites, mas o concebiam como inerente à política adequada. Somente uma alteração na ordem natural das coisas permitiria a distância entre as elites e o poder. No Brasil, esta inversão de valores decorre da herança maldita do varguismo, que posteriormente se conjugou a subversão do comunismo internacional. Situação que justifica uma intervenção no ordenamento vigente, que não é nada mais do que a desordem e a anarquia, em prol da instituição de uma verdadeira e adequada ordem. Não cabe um apego excessivo às formalidades democráticas, uma vez que as condições de normalidade do sistema jurídico estão prejudicadas, com o povo alienado e apartado da razão pelo canto das sereias do populismo. A opinião pública não inclui as massas, como precisamente vaticina Luis Arrobas Martins, ex-presidente da UDN paulista, em entrevista a Maria Victoria Benevides:

“LAM: Os homens de maior prestígio, o prestígio da inteligência dos homens mais respeitáveis daqui de São Paulo, estavam na UDN ou se diziam udenistas. Pelo prestígio desse homens é que vinha o prestígio da UDN, porque sem força eleitoral ela tinha um grande prestígio em São Paulo, isso é absolutamente inegável.

MVB: Sim, mas prestígio onde?

LAM: Na opinião pública. E o que forma a opinião pública? A opinião pública, infelizmente, até hoje, entre nós, não inclui o operariado.”(GRIFOS NOSSOS).<sup>159</sup>

As elites estão em posição privilegiada para antever o bem comum, pensar acima dos conflitos que degradam a política. Elas não podem tomar partido, devem colocar-se para além do dissenso, haja vista que seu dever é chegar ao equilíbrio entre ordem e movimento. A ênfase exacerbada na ordem parte de uma confusão entre conservação e paralisia,<sup>160</sup> que pode prejudicar a nossa “tradição mundialmente louvada das mudanças brancas”<sup>161</sup>. O elitismo, ademais, não se vincula ao favorecimento de alguns, mas ao bem de todos:

“Pois nada é mais contrário à verdade e aos interesses do povo do que negar a necessidade e o valor de uma elite esclarecida, capaz de atender à recomendação de Rousseau: aprende o ignorante com o sábio e o sábio com o ignorante. Uma

<sup>159</sup> BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita, *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro*, pág. 257-258.

<sup>160</sup> FRANCO, Afonso Arinos de Melo, *Evolução da Crise Brasileira*, pág. 58.

<sup>161</sup> *Ibidem*, 61.



elite que sinta, viva e lúcida, a presença do povo em seus pensamentos, é indispensável a todo propósito progressista. Isto, que é lugar-comum, precisa ser agora dito, pois que tantos intelectuais esquecem e se submetem, sem meditar nas consequências da sua subordinação total à ação partidária – seja ela qual for.”<sup>162</sup>

O moralismo decorre logicamente do elitismo, ao mesmo tempo em que o fundamenta. As elites atuam de modo escorreito em virtude de suas origens e qualidades diferenciadas. A moral precede a política, sendo o critério que irá qualificá-la, uma vez que ação política é insuficiente para a construção e legitimação de uma ordem. Fernando Lattman-Weltman identifica na obra de Afonso Arinos:

“... uma certa hierarquização entre os reinos da moral e da política, com o predomínio – se não de fato, com certeza de direito – da primeira sobre a segunda (...) Embora imprescindíveis, as artes da política são insuficientes, quando não inúteis ou, pior ainda, deletérias, se não postas sobre a soberania da ética e a vigilância do costume. Não havendo moral não há virtude e, portanto, nenhuma esperança, também, para a política.”<sup>163</sup>

A ênfase na moral, com a precedência dos bons homens sobre as boas instituições faz do udenismo um ideário notadamente antirrepublicano<sup>164</sup>. O programa de 1962 da UDN vaticina: “de nada adiantam as formas de governo, se é má a qualidade dos homens que nos governam.”<sup>165</sup>. A primeira reforma deveria ser a moral, afastando do poder os indivíduos corrompidos, que impediam a efetiva implantação dos ideais liberais no Brasil. A questão, tal como no discurso dos americanos da república velha, não estava nas leis, mas nos homens, distantes dos ideais de virtude da verdadeira elite. A corrupção dominava o Estado e a política, sempre preocupada aos pequenos interesses, em detrimento do bem da nação. Impunha-se, com efeito, uma substituição dos torpes mandatários por figuras mais adequadas ao nobre exercício do poder. A perspectiva era claramente sanitária: os problemas seriam resolvidos pela limpeza do aparelho estatal, através da intervenção reparadora das elites em aliança com as forças armadas.

<sup>162</sup> LACERDA, Carlos, *Na Tribuna de Imprensa: Crônicas sobre a Constituinte de 1946*.

<sup>163</sup> LATTMAN-WELTMAN, Fernando, *A Política domesticada: Afonso Arinos e o colapso da democracia em 1964*, pág. 60.

<sup>164</sup> O objetivo não é caracterizar a tradição republicana como indiferente à qualidade dos homens, já que a preocupação com as virtudes cívicas e a educação dos cidadãos é inerente ao republicanismo. Maquiavel e os federalistas são ótimos exemplos. O que se pretende é, tão somente, destacar a radical distinção entre o udenismo e o republicanismo no que tange a moral e as instituições.

<sup>165</sup> BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita, *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro*, pág. 267.

O referido antirrepublicanismo não destoava, contudo, da tradição liberal doutrinária brasileira. O primeiro capítulo demonstra como a ênfase nas qualidades dos cidadãos foi sempre uma constante nos autores americanistas, como Tavares Bastos. A história da *praxis* liberal, ademais, está repleta de episódios em que a moral privada é utilizada para julgar e criticar a prática política. Reinhart Koselleck demonstra <sup>166</sup> como a crítica liberal ao regime absolutista se amparava na contestação à dicotomia moral privada e moral pública, que tivera em Hobbes um dos seus maiores expoentes. A identificação entre liberalismo e radical separação entre as esferas públicas e privadas não se aplica, por certo, a todos os liberalismos. Não se pode, todavia, esquecer a forte presença católica, e neste sentido ibérica, nesta abordagem. A concepção moral do agente político se aproxima mais da idéia católica de pessoa do que do conceito liberal de indivíduo.

O moralismo, enquanto discurso político, era ainda mais eficaz quando associado ao elitismo, uma vez que aqueles que se encontram em posição moralmente privilegiada, a elite, podem arvorar-se da legitimidade de julgar com maior certeza de verdade. A elite, mesmo quando degenerada, tem maiores possibilidades de vislumbrar a escolha moral adequada, por razões de origem e meio social. O inimigo, o opositor a ser banido, não está preparado para o poder, concretiza-se na figura do caudilho, que se opõe ao estadista, possuidor de uma vocação natural para o poder. Lattman-Weltman ressalta:

“... serão sempre qualidades e valores humanos que legitimarão, por assim dizer, a eleição destes estadistas – seja pelo autor, seja pela história- assim como somente estas propriedades poderão garantir o seu sucesso. Da mesma maneira, serão as fraquezas e corrupções humanas os principais obstáculos à emergência dos eleitos e a consecução dos fins supostos em sua eleição.” <sup>167</sup>.

Em oposição, o caudilhismo:

“... veio literalmente por fim àquela época de ouro da vida política brasileira – à maneira de uma ‘infecção’ ou ‘doença infantil’, trazida das repúblicas vizinhas do continente – em que se caracterizaria pelo rompimento do polido jogo político parlamentar legal e tradicional pela irrupção da figura do caudilho, que se assenhorearia personalisticamente do poder, com maior ou menor apoio (demagógico) das massas ...” <sup>168</sup>.

<sup>166</sup> KOSELLECK, Reinhart, *Crítica e Crise*.

<sup>167</sup> LATTMAN-WELTMAN, Fernando, *A Política Domesticada, Afonso Arinos e o colapso da democracia em 1964*, pág. 35.

<sup>168</sup> *Ibidem*, pág. 28.

O caudilho é a personificação do populismo, vício que supera a virtude em razão de estruturas corruptas. O anti-populismo, como bem explicita Otávio Dulci em sua obra,<sup>169</sup> proporciona coesão à diversidade que compõe à UDN. Trata-se quase de uma espinha dorsal, depois algo coadjuvada pelo anticomunismo, ao qual também se conjuga, especialmente no governo Goulart. O udenismo, representante da ordem, se vincula à oposição às novas elites, que tomaram o poder após 1930. O movimento caracteriza estes novos grupos, que, mesmo recusando as mudanças radicais, atuam no sentido progressista de uma maior inclusão, embora subordinada, do povo, marchando rumo à maior igualdade. César Guimarães distingue, a partir de conferência célebre de Afonso Arinos na Escola Superior de Guerra, dois sentidos do populismo para a UDN:

“... aparece sob dois aspectos: é um movimento político de elites corruptas que substituíram a moralmente respeitável elite tradicional, sem cumprir suas devidas funções; saudosismo elitista que nem mesmo Tocqueville aprovaria. Já os ativos, os ‘populistas’ (Vargas, para ser claro) provocam o ressentimento das massas, com a devida vênua de Ortega y Gasset.”<sup>170</sup>

Neste contexto de confronto entre diferentes elites, a relevância das forças armadas crescia exponencialmente. Ator sempre presente nas rupturas institucionais da história brasileira, o Exército era determinante para o sucesso de qualquer transformação na ordem pública. Tanto a Revolução de 1930 quanto a implantação do Estado Novo em 1937 decorrem, de certo modo, da aliança entre Vargas e os militares. Vargas o sabia, razão pela qual escolheu outro militar, Dutra, para vencer Eduardo Gomes nas urnas. A UDN também o sabia, como bem exemplifica a confissão de José Bonifácio, em depoimento a O Estado de São Paulo: “Nós, da UDN, nunca tiramos os pés do quartel. Atravessamos todas as lutas com os pés no quartel (...) E esses oposicionistas bobocas de hoje, a primeira coisa que fazem é xingar os militares. Não conhecem a realidade brasileira.”<sup>171</sup>

A UDN, de fato, já nasceu profundamente vinculada às forças armadas, unida em torna da candidatura de Eduardo Gomes. O apoio dos militares era necessário para a derrubada de Vargas. Esta aliança de primeira hora deu poder bélico à vocação golpista do partido, amparada no supracitado questionamento à

<sup>169</sup> DULCI, Otávio, *A UDN e o anti-populismo no Brasil*.

<sup>170</sup> GUIMARAES, César, *Vargas e Kubitschek: A longa distância entre a Petrobrás e Brasília*, In: *Republica no Catete*, org. CARVALHO, Maria Alice Rezende de.

<sup>171</sup> BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita, *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro*, pág. 137.

legitimidade do sistema político. A UDN se transformou “no mais subversivo partido do sistema político brasileiro de 1945 à 1964”<sup>172</sup>, de modo que entre “1945 a 1964, a UDN e seus aliados doutrinários, (...) , tentaram evitar que os presidentes eleitos assumissem o poder. Quando não conseguiam, tentavam forçar a intervenção militar para que os presidentes fossem derrubados.”<sup>173</sup>.

O golpismo não era um recurso eventual, mas constituía, de fato, um das práticas primordiais do udenismo. O discurso da exceção, que permeia o léxico de seus partidários, importava uma postura de inevitável contraposição à ordem. A subversão dos valores, que davam sentido às normas, e a estrutura viciada, que implantava a desordem, impunham a derrubada, por todos os meios possíveis, da ordem vigente. Erigia-se um modelo ideal de efetivação das leis, para em nome do decaimento deste suposto arquétipo, a partir da inevitável distância entre texto legal e realidade, ser questionada a legitimidade do sistema. O golpismo recriava a própria dinâmica política real, utilizando-se das elucubrações meramente racionais para subverter as instituições. Nas palavras de João Almino: “A liberdade e a democracia são, portanto, idealizadas para permitir que, ‘em sua defesa’, possa se exercer o autoritarismo.”<sup>174</sup>.

A conjuntura descrita leva o udenismo na direção de certo estatismo, de caráter instrumental. A conquista do Estado seria necessária, mesmo que para superá-lo posteriormente, em prol de instituições liberais anglo-saxônicas. A preocupação com a excessiva participação popular, ademais, aproximava os udenistas de diversas teses do corporativismo varguista, enquanto o Vargas pós-1945, por outro lado, tende a liberalizar suas perspectivas sociais. A oposição ao varguismo, princípio central do partido à época, contribui para tal aparente contradição, mas não a justifica plenamente. O temor da aliança entre Vargas e as massas faz os udenistas reivindicarem institutos corporativistas na constituinte de 1946, uma vez que o receio do povo, que levava os liberais à aliança com Vargas em 1937, era mais forte do que eventuais concepções políticas díspares. A polícia prepondera sobre a política, já que a via americana, de inclusão popular através do

---

<sup>172</sup> SANTOS, Wanderley Guilherme dos, *A práxis liberal no Brasil*, In: *Décadas de espanto e uma apologia democrática*, pág. 41.

<sup>173</sup> *Ibidem*, pág. 41.

<sup>174</sup> ALMINO, João, *Os Democratas Autoritários: liberdades individuais, de associação política e sindical na Constituinte de 1946*, pág. 202.

mercado, não emerge como alternativa apreciável. O corporativismo ocupa um papel estratégico <sup>175</sup>.

A negação do conflito como constitutivo de uma nova ordem recai no discurso competente, <sup>176</sup> com o elitismo e o militarismo compondo o quadro com harmonia. Os pronunciamentos sempre almejam a neutralidade, o interesse nacional a ser determinado acima das facções. A política é apresentada como desagregadora e nociva ao bem comum, alcançável apenas através da absoluta imparcialidade. João Almino, retratando os discursos parlamentares na constituinte de 1946, ressalta:

“Era como se os políticos tivessem horror da política. Na sua política, uma das formas de se argumentar era se referir ao seu apoliticismo. Na ótica dos constituintes, o lugar do poder, o lugar dos governantes, pode ser um lugar de imparcialidade” <sup>177</sup>.

A análise de Almino é precisa na determinação desta forma de discurso:

“Havia, além disso, o apreço da virtude de se agir de uma certa forma mediana, através da qual se procurava legitimar o discurso: ‘estou sendo justo ao dizer que’, ‘temos que ser realistas’, eram frases empregadas no debate pelos constituintes, que diziam, além disso, dar provas de *tolerância*, solicitavam a *ponderação* dos ouvintes, mostravam *espírito de serenidade ou de desprendimento* e apelavam para a *dignidade e honra* da Tribuna. Todos estes termos podem ter conteúdos os mais diferentes nas situações concretas. Assim, ‘todo brasileiro digno’ pensa como aquele que está enunciando a frase e é digno porque pensa desta maneira.” <sup>178</sup>.

Ventos autoritários adentravam o cenário liberal. O discurso do verdadeiro interesse nacional, concebido como emanção do bem comum, à moda do autoritarismo brasileiro do início do século XX, emergia em meio aos liberais doutrinários. A via americana era refutada por seus próprios herdeiros, temerosos das possíveis consequências eleitorais e sociais. A primazia da política, velho dogma liberal doutrinário, era trocada pela afirmação da polícia, com os luzias udenistas mais conservadores do que o saquarema Vargas.

A distância entre a auto-imagem liberal e as práticas antiliberais explicita o caráter do liberalismo udenista: mais do que um ideário ou um modo de atuação política, o liberalismo é uma linguagem, um modo de enunciar a atuação do

<sup>175</sup> Ibidem.

<sup>176</sup> CHAUI, Marilena, *O discurso competente*, In: *Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas*.

<sup>177</sup> ALMINO, João, *Os Democratas Autoritários: liberdades individuais, de associação política e sindical na Constituinte de 1946*, pág. 246.

<sup>178</sup> Ibidem, pág. 245.

partido, mesmo quando antiliberal. A retórica liberal podia amparar propostas corporativistas ou defender o autoritarismo instrumental, sem grande prejuízo para as eventuais contradições com a doutrina clássica. Não resta dúvida que a adesão a marcos teóricos, mesmo quando retórica ou instrumental, condiciona de certo modo o discurso, nem que seja através da proliferação de eufemismos. A prática política, ademais, tem por hábito sacrificar a coerência em prol dos fins. A questão não é, entretanto, identificar eventuais apostasias a partir de uma artificial cisão entre prática e teoria, mas afirmar a própria contradição do referido discurso enquanto prática, retratar a ação política que se nutre da tensão entre o que diz pretender e o que produz. A ambiguidade não é acidente, mas constitutiva do udenismo.

Não se trata de mero estratagema político, mas de consequência da própria constituição do partido, agregado de tendências distintas que se uniam em torno de inimigos comuns e objetivos mais imediatos. Existia, de fato, uma tensão interna a UDN, que opunha linhagens díspares no que tange aos fins e meios políticos. Afonso Arinos e Carlos Lacerda podem ser tomados por extremos, figuras mais representativas destas duas UDN's, ou melhor, destes dois udenismos. Ambos se inserem no ideário udenista acima abordado, apesar de suas profundas diferenças de estilo e crenças. As diferenças não os afastam do udenismo, mas requerem uma melhor diferenciação interna a este ideário.

Insta ressaltar que não se trata da habitual divisão entre históricos e realistas, ou entre banda de música e bossa nova, já que o objetivo é demonstrar os diversos estilos do udenismo, não os muitos grupos da UDN. Os realistas interessam mais como contraposição aos históricos, à postura, ao menos na aparência, mais belicosa destes. Apesar de sua inserção institucional na UDN, realistas como os da Bossa Nova não atuavam, necessariamente, nos termos do udenismo, haja vista sua eventual transigência com os adversários maiores deste ideário. A divisão, todavia, não pode se fiar na oposição entre atuação desprendida e interesse mesquinho, idealização ingênua da postura dos históricos, mas deve se amparar na relação entre o interesse de cada um destes grupos e a realidade com a qual se deparam.

### 3.4

#### **Arinos e Lacerda: dois extremos do udenismo**

As maiores idéias exigem, comumente, certa desatenção ao detalhe, pecado necessário para que as percepções de conjunto não sejam perdidas em meio à complexidade infundável da minúcia. Não é simples, entretanto, alcançar a medida adequada das generalizações, uma vez que o exagero nas tintas pode prejudicar a própria tese em construção.

A delimitação de ideários ou ideologias, sejam elas o liberalismo, o comunismo ou o udenismo, importa o exercício intelectual inicialmente descrito, reduz, em última análise, pensadores singulares à rótulos. Os modos de fazê-lo são inúmeros e devem, se preocupados com a riqueza intelectual, lembrar constantemente o leitor de que jaz, para além das categorias gerais trabalhadas, um mundo de particularidades. Ao abordar a categoria de udenismo, enquadrando-a na tradição do pensamento político brasileiro, o presente trabalho secunda inúmeras particularidades de cada um dos seus agentes. O lembrete ao leitor, mesmo se óbvio, se faz necessário. Pode-se certamente falar de udenismos, de distintas manifestações deste estilo de pensamento. Gabriel Passos, Milton Campos, Odilon Braga, Aliomar Baleeiro, cada um destes pensadores, guardam amplas divergências e adesões em relação às características do udenismo acima expostas, embora todos possam ser a ele remetidos. A ideologia define-se de tal modo que não pode ser absolutamente identificada a nenhuma destas figuras, mas retrata, parcialmente, a todas. O udenismo é uma construção vinculada aos diversos discursos de seus membros, mas distinta de cada um deles, uma vez que capta o comum, as semelhanças, não as divergências. Como manifestações extremas deste ideário emergem dois nomes: Afonso Arinos de Melo Franco e Carlos Lacerda.

Uma primeira distinção se impõe. A política é, para Lacerda, concebida apenas como prática, sempre vinculada com sua atuação como ator político. Ele não procura, em nenhum momento, atuar como teórico político, pensando-a para além da sua inserção na dinâmica estatal-partidária. Afonso Arinos, por sua vez, foi um dos mais relevantes pensadores políticos brasileiros, possuindo uma sólida obra de história política, teoria política e direito constitucional. Tal diferença nunca pode ser olvidada na análise da literatura política de cada autor, sendo fundamental para a definição das duas perspectivas. De outro modo, porém, não

deve utilizá-la como causa última de todas as distinções, já que as diferenças suplantam a mera distância de origens.

A oposição entre a postura mais idealista de Afonso Arinos e o pragmatismo de Lacerda recai na supracitada divergência, mas a ela não se restringe. Eles representam tradições distintas e modos díspares de atuação política. Arinos vem de uma tradicional família de políticos mineiros. Seu pai, Afrânio de Melo Franco, foi ministro de Vargas, e seu avô, Cesário Alvim, presidente de província no Império. Toda sua vida política se remete a esta tradição, como bem o demonstra a dedicação despendida à “nabuquiiana” biografia de seu pai <sup>179</sup>. Ele representa uma tradição de bacharéis <sup>180</sup>, de modo que o ingresso na política emerge como quase uma vocação de família. Fernando Lattman-Weltman destaca:

“Com efeito, é frequente nas memórias a explicitação, por Arinos, do caráter de certo modo exterior e exteriormente imposto que a carreira política tinha – ou teve, ou acabou tendo – para ele. Descendente de uma árvore genealógica repleta de políticos, Arinos muitas vezes se referiu à prática política como uma espécie de encargo ou dever que a ele fora incumbido, como herança de seus antepassados e, mais especificamente, de seu pai.” <sup>181</sup>.

A vida pública também caracteriza a família de Lacerda, com seu avô, Sebastião Lacerda, tendo sido ministro do Supremo Tribunal Federal, e seu pai, Maurício de Lacerda, deputado, vereador, diplomata e agitador político. A história familiar não o condiciona, todavia, como a Arinos. A carreira política é influenciada pelo meio no qual viveu, mas as referências ao passado, às tradições políticas brasileiras, não atuam do mesmo modo. A tradição dos Lacerda não opera por acumulação, como a dos Melo Franco, mas por rupturas, seja a do pai em relação ao avô, ou a do próprio autor em face da tradição esquerdista do seu pai e tios. Após abandonar o direito, Lacerda ganha notoriedade por sua virulência como jornalista, no “Correio da Manhã”, na “Tribuna de Imprensa” e, depois, em seu próprio jornal, “A Última Hora” <sup>182</sup>.

<sup>179</sup> Muitos consideram esta a grande obra de Afonso Arinos: FRANCO, Afonso Arinos de Melo, *Um Estadista da República: Afrânio de Melo Franco e seu tempo*.

<sup>180</sup> O termo bacharel é aqui utilizado em seu registro ordinário, não segundo a dicotomia bacharel e jurista estabelecida pelo próprio Arinos.

<sup>181</sup> LATTMAN-WELTMAN, Fernando, *A Política Domesticada, Afonso Arinos e o colapso da democracia em 1964*, pág. 21.

<sup>182</sup> Os dados biográficos de Lacerda são retirados de: DULLES, John W. F., *Carlos Lacerda: A vida de um lutador*.



Arinos e Lacerda condensam, de certo modo, dois tipos clássicos da UDN. Arinos é talvez o maior representante dos liberais históricos da legenda, agregando os requisitos retóricos, genéticos e intelectuais da ala ilustre da UDN, daqueles homens que justificavam o título de partido dos notáveis. Lacerda, por sua vez, se afasta do bacharelismo de tais figuras. Ele era mais próximo do pragmatismo de Otávio Mangabeira, crítico dos legalismos revolucionários que caracterizavam os bacharéis<sup>183</sup>. A performance política imergia na agressividade, sem meias palavras ou tergiversações, como resultado da gestação de um modo de expressão político próprio. O lacerdismo emerge como corrente autônoma no seio da UDN, sempre amparado em sua base social no Distrito Federal e vinculado ao carisma pessoal do seu líder<sup>184</sup>.

A distância entre os dois, entretanto, não se vinculava apenas ao estilo de atuação, ou ao modo de formulação de suas idéias, o conteúdo das idéias é também diverso. Embora as teses do udenismo possam ser a ambos remetidas, com o elitismo e o moralismo muito presentes, os fins políticos e o conceito de política dos dois é diverso. Situar ideologicamente Lacerda é bem difícil, uma vez que, como já dito, suas idéias respondem todo o tempo a obstáculos práticos. De todo o modo, os discursos e textos de Lacerda ganham tons mais fortes do que um mero autoritarismo instrumental. Ele não se restringia à atuação saneadora de um regime de exceção, etapa necessária para a consolidação democrática posterior. Há algo de ideologicamente autoritário nas idéias de Lacerda, em que pese sua retórica liberal-democrata. A própria democracia sempre aparece submissa a uma pedagogia, em moldes antiliberais. Guita Grin Debert destaca: “Assim, no momento em que a liberdade aparece com um direito quase natural dos povos, a democracia é vista como algo que só pode ser atingido através da educação do povo.”<sup>185</sup>. A tolerância é requisito do governante virtuoso, mas ele deve proceder como um árbitro, distinguindo as situações em que o mal é pleno e ameaça, efetivamente, o interesse nacional. O interesse nacional é vislumbrado precisamente pelo homem público, para além dos conflitos de superfície da política.

---

<sup>183</sup> BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita, *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro*.

<sup>184</sup> SOARES, Gláucio A. D., *As bases ideológicas do Lacerdismo*.

<sup>185</sup> DEBERT, Guita Grin, *Ideologia e Populismo*, pág. 118.

A defesa da democracia é um índice, não uma evidência da existência de concepções igualitárias, haja vista que notórios autoritários ideológicos, como Francisco Campos, almejavam a construção de uma ordem dita democrática. A questão a ser respondida é: qual democracia? Se a resposta se vincula à pedagogia estatal, marcada atuação judicante do líder carismático, que define o certo e o errado, as concepções autoritárias estão sem dúvida presentes.

Arinos, por sua vez, se vinculava a outra perspectiva<sup>186</sup>. Entusiasta de um liberalismo conservador, que não se afastava da tradição, ele não se aproximava de qualquer ranço autoritário ideológico. O melhor regime derivaria da síntese entre progresso e tradição, entre ordem e movimento, na melhor receita do liberalismo conservador do Império. As próprias referências a figuras como Bernardo Pereira de Vasconcelos e José Bonifácio demonstram tal vínculo. O autor destaca:

“Uma idéia falsa, mas corrente entre os fanáticos e os que lhe são submissos, é a de que a moderação se confunde com tibieza, abandono, ceticismo ou capitulação. Nada mais errado. Líder partidário moderado, tive, muitas vezes, de enfrentar esta errônea suposição. Inclusive, a moderação racional não exclui exaltação e mesmo violência temperamental. O velho Bonifácio era um exaltado de temperamento, às vezes um violento, mas, racionalmente, politicamente, um moderado. Toda a sua ação é prova disso, e se ela conseguiu o êxito que teve foi porque soube se manter sempre na linha moderada, entre os extremismos radicais do seu tempo. O mesmo se pode dizer de outro grande homem do nosso passado, Bernardo de Vasconcelos. A moderação é, frequentemente, prova de força da alma. O radicalismo, ao contrário, pode denotar debilidade histérica e descontrolo da vontade.”<sup>187</sup>.

O liberalismo não se opõe à tradição, mas a completa. Como bem ressalta Lattman-Weltman:

“Com efeito, mesmo quando nos fala progresso, em esclarecimento e em ‘típico liberalismo’, Arinos em momento algum opõe essas entidades ao cultivo de bons hábitos, princípios e procedimentos de caráter tradicional. Nada mais distante do ‘seu’ liberalismo e do seu individualismo do que qualquer forma de racionalismo radical e iconoclasta, qualquer forma de materialismo, de mecanicismo, pura física social, ‘mãos invisíveis’, ou produção de virtudes públicas a partir do exercício de vícios privados.”<sup>188</sup>.

<sup>186</sup> A vasta obra de Arinos guarda um grande número de mudanças e inflexões, como o próprio autor ressalta. Deste modo, versando o trabalho sobre o udenismo, interessa sobretudo a produção Arinos como membro da UDN, a qual se estende entre 1947 e 1965. Cabe destacar que o próprio Arinos se afastava de sua obra de juventude, criticando livros como “O conceito de civilização brasileira” em muitos momentos.

<sup>187</sup> FRANCO, Afonso Arinos de Melo, *Evolução da crise brasileira*, pág. 43.

<sup>188</sup> LATTMAN-WELTMAN, Fernando, *A Política Domesticada, Afonso Arinos e o colapso da democracia em 1964*, pág. 42.

O iberismo é manifesto nas construções de Arinos, com a tradição vista enquanto etapa necessária do moderno. A dialética entre ordem e movimento, anteriormente tratada, retrata bem sua concepção de política, avessa ao dissenso, mal maior a ser evitado. Os extremismos da ordem são também nocivos, pois não se trata de um reacionarismo, mas do espírito conservador, o qual necessita de certa mudança para perdurar. O movimento, por sua vez, ignora as contribuições que os melhores, as elites repletas de estadistas, sempre proporcionaram, cego em um seu radicalismo. A fundamental composição entre estas duas correntes, requisito para uma política estável, figura como tema central da obra política de Arinos, principalmente após a morte de Vargas. A premência da ruptura, que viria em 1964, é antevista por Arinos, o qual em tom de aviso ressalta que as esquerdas serão as maiores prejudicadas: “Quanto à esquerda, ela também deve estar interessada, porque a radicalização, se pode levar à anarquia, pode também levar à ditadura, e a ditadura será o estrangulamento das esquerdas, principalmente das esquerdas não-comunistas.”<sup>189</sup>.

As rupturas eram defendidas somente quando estritamente necessárias, como ante os dois Vargas, em 1945 e 1954, ou em face da excessiva radicalização das vésperas de 1964. O autoritarismo, quando emergia, fazia jus ao adjetivo instrumental. Arinos encarnava com perfeição o desassombro dos liberais tradicionais ante o novo Brasil que emergia. Ele, todavia, não negava o seu tempo, mas buscava uma solução por cima, como as muitas que a antecederam. A saída desejável conjugaria ordem e movimento, propondo nova forma à empreitada varguista da década de 1930. Quando impossível tal recurso, emergia o golpe como única possibilidade. A crença na ilegitimidade do regime era o centro de toda a argumentação.

### 3.5

#### Conclusão

A convivência de Lacerda e Afonso Arinos no mesmo partido explicita em outro sentido a UDN, assim como, lateralmente, expõe algumas das razões do golpe de 1964. O udenismo é produto destas correntes, decorrência de certo

---

<sup>189</sup> FRANCO, Afonso Arinos de Melo, *Evolução da crise brasileira*, pág. 69.

autoritarismo de classe média, representado pelo lacerdismo, assim como da apostasia inevitável dos liberais, golpistas de situação segundo seu próprio diagnóstico.

A ambiguidade se deve mais ao segundo grupo, receoso de admitir algumas práticas antiliberais, mas também decorre da convivência entre tão distintos setores das elites. O temor das massas é a principal razão de tais vínculos, temerosos da longevidade de uma eventual aliança de Vargas com o povo. 1964 se torna um pouco mais claro, a partir da percepção de que quando as esquerdas influem profundamente na política brasileira, os autoproclamados liberais preferem a espada ao diálogo. Antes o golpe que a supremacia dos muitos, ou em fórmula mais consagrada: tomem o poder antes que um aventureiro o faça.